

ATA DA 48ª REUNIÃO  
EXTRAORDINÁRIA DO  
CONSELHO ESTADUAL DO  
MEIO AMBIENTE – COEMA,  
REALIZADA EM 28 DE AGOSTO  
DE 2012.

Aos 28 dias do mês de AGOSTO de dois mil e doze, no Auditório da Secretaria Estadual de Meio ambiente - SEMA, sito à Travessa Lomas Valentinas, nº 2717, Marco, Belém/PA, realizou-se a 48ª Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Meio Ambiente – COEMA, sob a presidência da **DR. JOSÉ ALBERTO DA SILVA COLARES**, Secretário Estadual de Meio Ambiente e com a presença de Conselheiros e convidados: **ALBERTO CARDOSO ARRUDA** representante da SECTI, **ELIANA DOS SANTOS ZACCA** representante da SAGRI, **JOSÉ WATERLOO LOPES LEAL** representante da ONG AMOT, **LUIZ AUGUSTO NOGUEIRA MOURA** representante da FIEPA, **JOSÉ JACY RIBEIRO AIRES** representante da FETIPA, **ARMANDO TEIXEIRA SOARES** representante da FAEPA, **ANA BENÍCIO FERREIRA** representante da FETAGRI, **EVALDO PINTO** representante da OAB, **MARIA DA GRAÇA AZEVEDO DA SILVA** representante do Ministério Público do Estado do Pará e como *convidados*: *Lúcia Francisca Porpino* - DILAP/SEMA, *Secretário Luiz Fernandes* - SEGUP, *Antônio Bernardes* – PGE, *David Leal* – SEICOM, *Deryck Martins*- FIEPA, além de representantes da Brandt, Geinfra e Brazauro. Dando início à 48ª Reunião Extraordinária do COEMA, passou à seguinte pauta com as palavras do Presidente do COEMA: **I- Abertura: Dr. Alberto Colares:** Bom dia pessoal, todo mundo já sabe o rito e vamos iniciar sem delongas e sem abertura, não tem mais o que abrir está todo mundo dentro. Começamos com a leitura, discussão e aprovação da ata da 44ª reunião ordinária do COEMA. **Andressa:** Só para os conselheiros aprovarem ou se tiverem alguma colocação. **Dr. Alberto Colares:** Alguma questão com relação à Ata da última reunião, se não tiver vamos em frente. Aprovado. Volto a reiterar sobre os processos punitivos com pedido de vistas desde a data de vinte e nove de agosto de dois mil e onze que está com o deputado Fernando Coimbra e nós estamos providenciando uma reunião extraordinária para atender com relação a esses processos punitivos, só estou reiterando porque toda a reunião eu falo desses processos que estão aí há dois anos e a gente reitera a volta desses processos para avaliação do COEMA e não veio até o momento. Quando é a nossa próxima reunião ordinária? **Andressa:** É dia dezoito. **Dr. Alberto Colares:** Dia dezoito para a gente fazer uma avaliação de pelo menos de uma parcela dos processos punitivos, juntamente a gente vai avaliar também a REVITA que retornou novamente para a pauta e não foi possível a gente incluir o processo da REVITA nesta reunião. A gente vai fazer uma reunião extraordinária dia dezoito, o momento também da oportunidade a gente vai tentar incluir esses processos punitivos. Bom, na ordem do dia a gente quer inicialmente analisar o parecer da câmara técnica para a deliberação sobre o projeto da licença prévia do complexo hidrelétrico de Itapacurá, assim, vamos começar pela manifestação da câmara técnica com relação ao complexo hidrelétrico de Itapacurá que são duas PCH's, de responsabilidade da empresa construtora brasileira e mineração CBEMI, a palavra está com a câmara técnica. **Dr. Luiz Moura:** Bom dia, eu vou pedir aqui

50 para o secretário geral do CTMA da SEMA para ler o nosso voto sobre o  
51 Itapacurá/CBEMI. **Deryck Martins:** Bom dia a todos, bom esse parecer é  
52 referente ao processo CBEMI construtora brasileira e mineradora Ltda, referente  
53 ao licenciamento ambiental prévio, acho que todos receberam o parecer. **Dra.**  
54 **Eliana Zacca:** Ele falou primeiro a hidrelétrica. **Dr. Alberto Colares:** A  
55 hidrelétrica, o PCH Itapacurá. **Deryck Martins:** Brazauro Recursos Minerais  
56 Ltda. Bom, do parecer com base na análise dos documentos apresentados pela  
57 empresa Brazauro Recursos Minerais, respaldado pelos pareceres técnico e  
58 jurídico. **Dr. Alberto Colares:** Na ordem do dia a primeira da pauta é a  
59 Itapacurá. **Deryck Martins:** Confusão com o nome do projeto com o pedido.  
60 Vamos lá, então do parecer com base na análise dos documentos apresentados  
61 pela empresa CBEMI Construtora Brasileira e Mineradora Ltda., respaldado  
62 pelos Pareceres Técnico e Jurídico emitidos pelas equipes da SEMA, esta  
63 Câmara Técnica endossa os referidos pareceres que concluem que o EIA/RIMA  
64 apresentado pela empresa CBEMI Construtora Brasileira e Mineradora Ltda.,  
65 atende os itens relacionados ao termo de referência da atividade e a legislação  
66 vigente, destaca ainda a necessidade de cumprimento das observações e  
67 realização dos devidos ajustes apontados em cada um dos pareceres. DO  
68 VOTO: Senhor Presidente, Senhores Conselheiros, a Câmara Técnica  
69 Permanente de Projetos Industriais e Infraestrutura, após análise do pleito da  
70 empresa CBEMI Construtora Brasileira e Mineradora Ltda. e considerando a  
71 necessidade de ampliação da demanda energética do país, considerando ser o  
72 empreendimento de relevância para o desenvolvimento socioeconômico do  
73 Estado do Pará, podendo ser sustentável do ponto de vista sócio ambiental,  
74 desde que a empresa cumpra as condicionantes estabelecidas no parecer  
75 técnico da SEMA. Assim, esta Câmara Técnica se manifesta favorável à  
76 concessão da Licença Ambiental Prévia pleiteada pela empresa CBEMI  
77 Construtora Brasileira e Mineradora Ltda., considerando que as observações dos  
78 pareceres da SEMA sejam atendidas de acordo com suas profundidades e  
79 importância. Câmara Técnica Permanente de Projetos Industriais e  
80 Infraestruturais. José Conrado Azevedo Santos (FIEPA), Alex Fiúza de Melo  
81 (SECT), Amiraldo da Silva Pinheiro (SESPA), José Jacy Ribeiro Aires (FETIPA).  
82 **Dr. Alberto Colares:** Bom, todos estão de posse do parecer completo não é?  
83 Por favor, abro a sessão para debate, alguma manifestação dos conselheiros.  
84 **Dra. Maria da Graça da Silva:** Senhor presidente, daria para ler as  
85 condicionantes? **Dr. Alberto Colares:** Sim, as condicionantes. Posso ler? Bom,  
86 tem vários considerandos, logo, vou direto às condicionantes: Informar a origem  
87 do material de emprego imediato na construção civil, incluindo estacas e  
88 concreto. Caso pretenda utilizar material a ser adquirido diretamente de jazidas,  
89 deverá encaminhar a cópia da licença de operação das mesmas, cujo prazo de  
90 validade esteja em vigência, devendo ainda, informar o volume a ser  
91 movimentado. No caso de utilizar material de empréstimo, informar a localização  
92 do depósito, sendo que, tais áreas deverão ser devidamente plotadas e  
93 georreferenciadas em mapa com escala adequada e deverão ser contempladas  
94 no PRAD, que é o programa de recuperação de áreas degradadas; Apresentar  
95 em planta baixa o layout do canteiro de obras, em escala adequada,  
96 identificando por meio de legenda as instalações, bem como as atividades  
97 previstas para o mesmo e as medidas de controle ambiental relacionadas a cada  
98 atividade a serem adotadas; Encaminhar informações acerca do abastecimento  
99 e da manutenção de máquinas e equipamentos a serem utilizados durante a

100 implantação do empreendimento; Apresentar cronograma físico de execução  
101 das obras, detalhando todas as etapas construtivas, que deverá estar  
102 compatibilizado com as ações do Programa de Remanejamento; Encaminhar os  
103 projetos executivos das obras a serem executadas com a devida Anotação de  
104 Responsabilidade Técnica (ART) dos profissionais responsáveis pela elaboração  
105 e execução dos mesmos; Apresentar projetos executivos ou básicos detalhados  
106 para os sistemas de abastecimento de água, de tratamento de efluentes  
107 sanitários e industriais e de drenagem, relativos à infraestrutura de apoio à  
108 implantação e operação do Complexo. No caso do de drenagem, o mesmo  
109 deverá abranger a área do empreendimento como um todo, indicando em planta  
110 os pontos de lançamento desse sistema, devendo ser enviada ainda as cópias  
111 das Anotações de Responsabilidade Técnica – ART's dos profissionais  
112 responsáveis pela elaboração e execução dos mesmos; Apresentar os projetos  
113 executivos do sistema viário a ser implantado com a devida Anotação de  
114 Responsabilidade Técnica (ART) dos profissionais responsáveis pela elaboração  
115 e execução dos mesmos; Informar como se dará a disposição final dos resíduos  
116 sólidos e oleosos a serem gerados pela implantação do empreendimento. No  
117 caso de contratação de empresas terceirizadas, deverá encaminhar a licença  
118 ambiental da mesma; No caso de utilização de acesso fluvial para a fase de  
119 implantação do empreendimento, deverá ser informada a instalação portuária a  
120 ser utilizada, observando que a mesma deverá estar devidamente licenciada por  
121 esta SEMA; Apresentar juntamente com os projetos executivos o cadastramento  
122 das feições erosivas, acompanhado de registros fotográficos, classificação  
123 quanto à criticidade e plotagem em mapa geomorfológico; Apresentar relatório  
124 detalhado atualizado sobre a aquisição pelo empreendedor das terras a serem  
125 diretamente afetadas pela implantação do complexo Itapacurá, acompanhado da  
126 cartografia contendo os lotes e a situação de cada um deles; Esclarecer sobre o  
127 número de empregados que serão contratados pelo empreendimento para a  
128 fase de instalação, já que o estudo fala que serão 300 na primeira fase e 300 na  
129 segunda, já que elas serão consecutivas e que muitos trabalhadores farão parte  
130 de ambas a fases, destacando quantos serão da região e de fora dela,  
131 dimensionando assim, de maneira mais adequada, a migração repentina;  
132 Apresentar estudo que contenha a observação de dispositivos que visem o  
133 monitoramento de atividades sísmicas na área de abrangência do  
134 empreendimento; Apresentar estudo de enchimento do reservatório,  
135 considerando todos os meses do ano, contendo a avaliação dos impactos a  
136 jusante da barragem, do reservatório e as medidas necessárias para mitigação  
137 dos mesmos; Encaminhar o PCA contendo o detalhamento de todos os  
138 programas ambientais propostos no Estudo de Impacto Ambiental – EIA,  
139 contendo no mínimo objetivo, metodologias de execução, público/objeto alvo,  
140 resultados esperados, indicadores e cronograma de acompanhamento/avaliação  
141 de desempenho e execução, com a devida Anotação de Responsabilidade  
142 Técnica (ART) dos profissionais responsáveis pela elaboração e execução dos  
143 mesmos e a CTDAM; Apresentar estudo que demonstre que o volume de água  
144 a ser mantido no TVR é suficiente para garantir a manutenção do ecossistema  
145 aquático e, baseado no mesmo, deverá propor programa específico de  
146 monitoramento dos componentes físicos e bióticos desse trecho. Caso seja  
147 detectado que o volume de água destinado para o mesmo não garanta a  
148 sustentabilidade do ecossistema, deverão ser propostas medidas mitigatórias;  
149 Esclarecer de que forma será realizada a manutenção dos fragmentos de

150 vegetação natural do entorno do empreendimento e dos corredores de fauna, os  
151 quais terão como objetivo proporcionar remanescentes de fuga e refúgios para  
152 evitar o contato dos animais com o homem. Ademais o Programa de Educação  
153 Ambiental assumirá a responsabilidade de passar informações e conscientizar  
154 os trabalhadores locais, caso haja situação de contato entre os pessoas e  
155 animais silvestres em situação de estresse; Incluir no Programa de  
156 Monitoramento da Fauna Terrestre e Aquática os táxons répteis e anfíbios;  
157 Incluir no Programa de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD) proposta de  
158 replantio de espécies ameaçadas, adotando o mesmo número de indivíduos a  
159 ser replantado conforme dispõe a Lei; Apresentar o Programa de Prospecção  
160 Arqueológica. Caso haja material arqueológico no local, deverá também  
161 encaminhar o devido Programa de Resgate Arqueológico, de acordo com o que  
162 prevê a Portaria 230 IPHAN/2002, observando que o material deverá receber o  
163 tratamento disposto na Lei Federal nº 3924, de 1961; Apresentar plano de  
164 desmobilização da mão-de-obra a ser adotado ao final das obras de implantação  
165 do Complexo, que deverá contemplar a indicação de novas oportunidades de  
166 colocação no mercado de trabalho; Apresentar proposta de destinação da  
167 compensação ambiental, atendendo o que dispõe o § 2º, do art. 36, da Lei  
168 Federal nº 9.985/2000, observando que o repasse do montante a ser destinado  
169 para a compensação ambiental, cuja fixação será determinada por este órgão  
170 quando do licenciamento de instalação, será feito conforme termo de  
171 compromisso a ser celebrado com esta SEMA, de acordo com o previsto § 2º,  
172 do artigo 5º, da Resolução CONAMA 371/2006; Solicitar a esta SEMA  
173 autorização de supressão vegetal – ASV para a retirada dos remanescentes  
174 florestais localizados na faixa de APP que serão afetados pela implantação do  
175 empreendimento, assim como solicitar autorização para captura, coleta, resgate,  
176 soltura e transporte de fauna silvestre; Solicitar licença para extração de material  
177 mineral do leito do rio, na SEMA/PA, encaminhando cópia do protocolo para  
178 compor o processo que subsidiará a LI do empreendimento; e Apresentar cópia  
179 da licença de operação da empresa que coletará o lodo oriundo dos banheiros  
180 químicos a serem utilizados no canteiro de obras. Ao todo são vinte e cinco  
181 condicionantes. Desculpe, Moura, por favor. A palavra ainda está com a equipe  
182 técnica que está disponível para melhor esclarecimento das condicionantes. **Dra.**  
183 **Maria da Graça da Silva:** Senhor presidente, quantas pequenas hidrelétricas  
184 serão instaladas lá em Itaituba, projetos dessa natureza? **Representante da**  
185 **empresa Brandt:** Nesse projeto são duas. **Dra. Maria da Graça da Silva:** Mas  
186 tem outros? **Lúcia Porpino (DILAP):** Quantos têm para lá? **Felipe**  
187 **Lavorato(Itapacurá):** Em fase de licenciamento não existe projeto em Itaituba.  
188 **Dra. Maria da Graça da Silva:** Porque na última reunião Vossa excelência falou  
189 da necessidade de fazer uma análise geral daquela região devido vários projetos  
190 que estão sendo instalados lá. Eu gostaria de saber se isso ainda está em  
191 andamento. **Dr. Alberto Colares:** Eu me referia ao complexo portuário e o  
192 definitivo asfaltamento da BR 163 e a gente está preocupado, tanto que nós  
193 tivemos uma reunião na semana passada junto com a SEICOM, com a FIEPA e  
194 estamos contratando uma consultoria para montar para o Estado um plano  
195 integrado como um todo. A ideia é a gente criar uma gestão integrada de  
196 sustentação do território em que se envolva aí como âncora de um plano de  
197 desenvolvimento regional e que se prevê diversas ações de interesse público e  
198 privado que vai de segurança pública, vai de preocupação preventiva da saúde,  
199 vai de ordenamento territorial e etc. Quer dizer, no caso do complexo portuário,

200 inclusive os empreendedores do complexo portuário formariam uma associação  
201 e a nosa pretensão é que todos os projetos que interagem nessa região, eles  
202 têm que estar dentro de um plano maior, só que nós não podemos esperar esse  
203 plano, essa consultoria vai ser contratada ainda este ano, vai providenciar o  
204 plano no caso do complexo portuário, nós temos que ter um plano diretor da  
205 área portuária e ao mesmo tempo ter um plano diretor regional, é essa a  
206 convergência que a gente quer fazer, porque aí não se trata só dessas duas  
207 hidrelétricas, se trata futuramente do corredor hidrográfico das hidrovias do  
208 Tapajós que a gente fez, trata-se do asfaltamento da BR-163 e a tendência de  
209 aproximação de impacto que vai ter nessa região, principalmente agora também  
210 relacionada a expansão do ouro, o aumento do preço do ouro, nós tivemos já  
211 uma reunião no DNPM e no ICMBio na semana passada também para a gente  
212 fazer um plano com relação ao ordenamento da atividade de garimpagem nas  
213 unidades de conservações federais, nas APAS e nas FLONAS que têm na  
214 região, então, nós estamos muito preocupados com relação a isso, só que nós  
215 não podemos parar os projetos que estão lá em processos de licenciamento, nós  
216 queremos dar uma conotação com relação ao todo, especialmente no caso do  
217 complexo portuário que a gente precisa ter uma preparação de organização de  
218 logística entre outras atividades. **Dra. Maria da Graça da Silva:** Certo, agora  
219 com relação a esse empreendimento eu acredito sim que antes da licença de  
220 instalação essas condicionantes serão todas atendidas, então quando isso  
221 acontecer eu gostaria que Vossa Excelência desse conhecimento a todos os  
222 conselheiros. **Dr. Alberto Colares:** Aos conselheiros à respeito do cronograma  
223 eu acho importante no monitoramento das condicionantes para que todos  
224 tenham ciência do que aconteceu, aliás é uma questão que também estamos  
225 preocupados e ter o monitoramento das condicionantes daqueles que já têm a  
226 licença de instalação e licença de operação. Eu quero chamar atenção no caso  
227 da ALPA, por exemplo, nós fizemos o levantamento de todas as condicionantes  
228 da ALPA e nós estamos chamando a empresa e vamos comunicar ao Ministério  
229 Público de Marabá com relação ao cumprimento das condicionantes da ALPA e  
230 tem um cronograma a ser efetivado e este cronograma está sendo realizado, o  
231 que a gente precisa é dar uma resposta com relação ao equacionamento das  
232 condicionantes que já foram acertadas aqui. **Dr. Luiz Moura:** Eu gostaria de  
233 fazer um comentário a respeito da análise técnica aqui elaborada pela SEMA, eu  
234 gostaria que quando fossem feitos os relacionamentos das condicionantes, fosse  
235 feita uma qualificação, tipo, quais são as condicionantes para o licenciamento  
236 prévio, as condicionantes para o licenciamento de instalação e para a operação,  
237 porque seria mais fácil a análise e que a gente não fique trabalhando no  
238 genérico. O controle a SEMA vai estabelecer no monitoramento para ver se  
239 realmente as condicionantes para a licença de operação e de licenciamento seja  
240 emitido, então nosso grupo coloca que as condicionantes têm que ser  
241 cumpridas, mas dentro do seu tempo. **Dr. Alberto Colares:** Claro. **Dr. Luiz**  
242 **Moura:** Mas não é evidentemente a antecipação de condicionantes. **Dr. Alberto**  
243 **Colares:** Sim, não é querer antecipar aqui as condicionantes que cabem na  
244 licença de operação lá na frente. **Dr. Luiz Moura:** Exatamente, essa  
245 comunicação deve ser feita no relatório técnico. **Dr. Alberto Colares:** Na quase  
246 sua totalidade essas condicionantes são prévias à instalação, sem o qual não é  
247 possível fazer instalação desde pequenos projetos executivos já aos programas  
248 de monitoramento que se prevê a instalação. Algum outro comentário? Então  
249 passo a votação do parecer da câmara técnica. Caso todos concordem, ou se

250 houver alguma divergência, se manifestem. Aprovado, portanto, por  
251 unanimidade o licenciamento prévio do empreendimento da empresa CBEMI a  
252 implantação de duas hidrelétricas de Itapacurá, dois PCH's, pequenas  
253 hidrelétricas. Vamos passar em seguida para o conhecimento do parecer da  
254 câmara técnica referente ao licenciamento prévio do projeto Tocantinzinho de  
255 extração e beneficiamento de ouro de responsabilidade da empresa Brazauro de  
256 recursos minerais. **Dr. Luiz Moura:** Pois não e sem perder tempo com os  
257 considerandos e nas preliminares, vamos direto ao parecer. **Dr. Alberto**  
258 **Colares:** Desculpa, Moura, mas só para manifestar que nós já fizemos uma  
259 exposição prévia a todos os conselheiros desses projetos e os senhores já  
260 tiveram conhecimento antecipado com relação ao parecer e por isso que a  
261 câmara técnica está objetivando a leitura do seu parecer. **Dr. Luiz Moura:** Com  
262 base na análise dos documentos apresentados pela empresa BRAZAURO  
263 RECURSOS MINERAIS LTDA., respaldado pelos pareceres técnico e jurídico  
264 emitidos pelas equipes da SEMA, consideramos pertinente o pleito do processo  
265 em questão, sobre o qual tecemos os seguintes comentários: Esta Câmara  
266 Técnica endossa o parecer da equipe técnica e jurídica que concluem que o  
267 EIA/RIMA apresentado pela empresa BRAZAURO RECURSOS MINERAIS  
268 LTDA. atende os itens relacionados ao termo de referência da atividade e a  
269 legislação vigente, destaca ainda a necessidade de cumprimento das  
270 observações e realização dos devidos ajustes apontados em cada um dos  
271 pareceres e as considerações desta Câmara Técnica. Do voto. Senhor  
272 Presidente, Senhores Conselheiros, a Câmara Técnica Permanente de Projetos  
273 Industriais e Infraestrutura, após análise do pleito da empresa BRAZAURO  
274 RECURSOS MINERAIS LTDA. e considerando ser o empreendimento de  
275 relevância para o desenvolvimento econômico do Estado do Pará, podendo ser  
276 sustentável do ponto de vista sócio ambiental, desde que a empresa cumpra as  
277 condicionantes estabelecidas no parecer técnico da SEMA. Desse modo, esta  
278 Câmara Técnica resolve que as considerações expressas pelas equipes técnica  
279 e jurídica da SEMA devam ser transformadas em recomendações de acordo  
280 com suas profundidades e importância. Assim, esta Câmara Técnica se  
281 manifesta favorável à concessão da Licença Ambiental Prévia pleiteada pela  
282 empresa BRAZAURO RECURSOS MINERAIS LTDA. Assina representantes da  
283 FIEPA, da SECTI, da SESP e da SEMA. **Dr. Alberto Colares:** Bom, se alguém  
284 achar importante a gente ler também as condicionantes. Eu vou fazer a leitura  
285 das condicionantes. Primeiro grupo de condicionantes no prazo de noventa dias:  
286 a empresa deverá apresentar trimestralmente Relatório de Monitoramento de  
287 Qualidade do Ar e Emissões Atmosféricas nos pontos determinados no estudo  
288 apresentado, conforme Resolução CONAMA nº 382/2006; Apresentar  
289 trimestralmente Relatório de Monitoramento de Emissões de Ruído e Vibração  
290 nos pontos determinados no EIA-RIMA; Iniciar imediatamente o Programa de  
291 capacitação de mão de obra, pois foi identificado déficit de trabalhadores diante  
292 dos novos postos de trabalho a serem criados com a implantação do projeto;  
293 Desenvolver Programa de Negociação com os moradores/garimpeiros a serem  
294 deslocados das áreas do empreendimento, pois percebeu-se durante a vistoria  
295 técnica várias expectativas a esse respeito entre a população; Apresentar um  
296 Programa de Saúde e Segurança de acordo com as diretrizes da Política  
297 Estadual de Saúde do Trabalhador, destacando os procedimentos que a  
298 empresa deverá tomar em relação a doenças provocadas por arbovírus; Dar  
299 especial atenção ao desenvolvimento do Programa de Fomento ao

300 Desenvolvimento Local, com vistas à internalização do retorno social do projeto,  
301 priorizando o desenvolvimento de fornecedores locais; Desenvolver programas  
302 específicos para controlar e mitigar os impactos provocados pelo movimento  
303 migratório para a área do projeto; Realizar levantamento mensal de quantos  
304 empregados são oriundos dos municípios de Itaituba, Novo Progresso e Trairão,  
305 da região e de outros estados como forma de visualização do compromisso da  
306 empresa em contratar mão de obra regional (Prazo de noventa dias); Apresentar  
307 um mapa em escala legível plotando as estruturas do projeto que irão sobrepor  
308 às áreas de APP, caracterizando e quantificando por estrutura. No prazo de  
309 cento e vinte dias: Apresentar Programa de Monitoramento da Qualidade das  
310 águas subterrâneas, rios e nascentes no entorno do empreendimento, que  
311 deverão ser monitoradas trimestralmente devido às características sazonais de  
312 recarga da região; Incluir no Programa de monitoramento fauna, um  
313 subprograma de monitoramento de mosquitos vetores de doenças e espécies de  
314 fauna que funcionam como reservatório natural dos mesmos; No Subprograma  
315 de monitoramento de fauna atropelada, incluir destaque para as espécies  
316 ameaçadas de extinção e endêmicas, conforme diagnóstico apresentado no EIA.  
317 No prazo de cento e oitenta dias: Apresentar Plano Detalhado de Fechamento  
318 de Mina. No prazo de mil e noventa e cinco dias para a fase da Licença de  
319 Instalação: Apresentar medições da qualidade do ar na área de influência direta  
320 da mina contemplando os períodos seco e chuvoso, a fim de estabelecer o  
321 *background*; Apresentar detalhamento do Sistema de Gestão Ambiental a ser  
322 implementado no Projeto Tocantinzinho; Apresentar no PCA o detalhamento dos  
323 programas e planos a seguir: Programa de Controle de Processos Erosivos;  
324 Programa de Gerenciamento de Recursos Hídricos e Efluentes; Programa de  
325 Gerenciamento de Resíduos Sólidos: deverão estar contemplados a  
326 caracterização quantitativa e qualitativa dos resíduos, segregação, estocagem  
327 temporária e destinação final conforme normas técnicas aplicáveis e legislação  
328 em vigor; Programa de Gestão da Qualidade do Ar; Programa de Gerenciamento  
329 de Ruído e Vibração; Plano de monitoramento da estabilidade dos taludes do  
330 depósito de estéril e da barragem de rejeitos, conforme estabelecido na NRM 19  
331 que dispõe sobre a Disposição de Estéril, Rejeitos e Produtos e Programa de  
332 gerenciamento de riscos e plano de atendimento a emergências. Detalhar a  
333 caracterização dos efluentes gerados, onde deverão estar contemplados os  
334 sistemas de tratamento a serem utilizados com os elementos químicos ou  
335 biológicos e suas respectivas quantidades a serem usados, bem como o destino  
336 final desse efluente; Apresentar informações detalhadas a respeito dos aspectos  
337 de construção e impactos relativos às obras da estrada, apresentando o estudo  
338 de viabilidade e projeto executivo; Considerando as emissões atmosféricas,  
339 apresentar um plano de monitoramento e detalhar o sistema de tratamento dos  
340 gases e material particulado, bem como informar a quantidade de cinzas a  
341 serem produzidas no incinerador e o seu destino final e finalmente informar os  
342 insumos e recursos materiais que serão utilizados pelo empreendimento como  
343 um todo, correlacionando ao nível de participação dos fornecedores locais. Bom,  
344 faço abertura para alguma manifestação, um questionamento. **Dr. Evaldo Pinto:**  
345 Qual a destinação que vai ser dada ao rejeito após a lixiviação? **Dra. Lúcia**  
346 **Porpino:** A equipe técnica responde. **Dr. Alberto Colares:** A equipe técnica ou o  
347 representante do empreendedor. **Representante do empreendedor:** Quanto ao  
348 rejeito da lixiviação em função da quantidade do rejeito ele também vai ser  
349 colocado junto ao rejeito de flotação, na barragem de flotação, após a

350 neutralização com certeza. **Dra. Alberto Colares:** Algum outro questionamento,  
351 por favor? **Dr. Evaldo Pinto:** A lixiviação vai ser no circuito fechado ou a céu  
352 aberto? **Representante do empreendedor:** A lixiviação vai ser feita em tanques  
353 e não em pilhas. **Dr. Alberto Colares:** Alguma outra dúvida, algum outro  
354 esclarecimento, por favor, Dra. Graça. **Dra. Maria da Graça da Silva:** Aqui está  
355 dizendo uma barragem de rejeitos. Como é que vai ser essa barragem de  
356 rejeitos? Futuramente qual é a destinação do uso? O que é que vai ser feito  
357 dessa barragem de rejeito? Vai ficar *ad eternum* nesse local? Tem alguma  
358 destinação? **Representante do empreendedor:** Isso aí vai ser contemplado no  
359 plano de fechamento da mina e vai ser usado um sistema que normalmente é  
360 usado no caso desse tipo de barragem, onde é feito uma colocação de solo em  
361 cima desse material e é colocado vegetação nesses locais. **Dra. Maria da Graça**  
362 **da Silva:** Pois é, mas eu não sei isso está contemplado nas condicionantes.  
363 **Representante do empreendedor:** Isso vai ser no plano de projeto de  
364 recuperação. **Dra. Maria da Graça da Silva:** Certo. Outra coisa é a destinação  
365 adequada dos resíduos industriais, pois, na reunião prévia que houve aqui, a  
366 empresa ficou de apresentar um cronograma básico dos programas voltados  
367 para a área socioeconômica e social, bem como as ações associadas a fim de  
368 contornar os impactos negativos decorrentes do processo de desaceleração que  
369 é o PRAD, né. O de remediação após o fechamento da empresa. **Margarida**  
370 **(Brandt):** Nós na realidade ficamos de apresentar um relatório com a evolução  
371 das conversações referente ao andamento das ações relativas à capacitação de  
372 mão de obra junto a SEICOM, ao desenvolvimento local, geração de renda e  
373 diversificação da economia local que é o que a gente apresentou naquele  
374 documento. A questão do cronograma de execução dessas ações na realidade  
375 faz parte da discussão do grupo de trabalho que ainda não se chegou à  
376 finalização desse planejamento de forma que a gente possa apresentar esse  
377 cronograma, agora com certeza esse cronograma será apresentado por ocasião  
378 da solicitação da licença de instalação. **Dr. Alberto Colares:** Alguma outra  
379 manifestação, algum questionamento? Passo a manifestação para o voto do  
380 parecer da câmara técnica. Por favor, quem for ao contrário se manifeste. Como  
381 não houve manifestação contrária, aprovo por unanimidade o parecer da câmara  
382 técnica permanente de recursos hídricos e minerários com relação ao projeto  
383 Tocantinzinho de extração e beneficiamento de ouro de responsabilidade da  
384 empresa Brazauro de Recursos Minerários a ser instalado no município de  
385 Itaituba. **Dra. Maria da Graça da Silva:** Excelência, da mesma forma gostaria  
386 que fosse encaminhado para os conselheiros com relação às condicionantes.  
387 **Dr. Alberto Colares:** Passamos 'ao que ocorrer'. Nós estamos fazendo a  
388 convocação da próxima reunião extraordinária. A gente pode esclarecer isso  
389 nessa reunião extraordinária. **Dr. Luiz Moura:** Eu gostaria de fazer uma  
390 sugestão, já foi um grande passo esta reunião de apresentação das empresas  
391 para o Coema em geral, com participação do grupo técnico de infraestrutura, foi  
392 um grande passo. Eu tenho uma outra sugestão para ampliar esse passo, é que  
393 nós, como eu já falei com o secretário e falei aí com a nossa secretaria  
394 executiva, eu acho que o COEMA deve receber antes dessa reunião de  
395 apresentação os pareceres técnicos e jurídicos para a gente saber exatamente  
396 quais são as condicionantes, o que é que pode prejudicar uma aprovação ou  
397 não de um licenciamento prévio, então a gente modificaria um pouquinho esta  
398 estrutura de apresentação de projeto, o projeto seria analisado pela SEMA. **Dr.**  
399 **Alberto Colares:** Faria uma exposição do parecer técnico e das condicionantes.



400 **Dr. Luiz Moura:** Exato, junto com a apresentação do empreendimento. Pode ser  
401 mais demorado, mas é mais seguro. **Dr. Alberto Colares:** Por favor, Milton, se  
402 tu tiveres algum esclarecimento para dar a respeito. **Milton Maués (Coema):**  
403 Não, não tenho. **Dr. Luiz Moura:** Já era uma reunião que acabava com a  
404 votação do parecer. Hoje, essa é uma reunião preparatória com a convocação  
405 de todos os membros. **Dr. Alberto Colares:** Então a questão é na reunião prévia  
406 e esclarecimento com a relação ao projeto, a gente também faz uma exposição  
407 sobre o parecer conclusivo e o apontamento das condicionantes para que a  
408 câmara técnica, tanto quanto os conselheiros possam fazer uma avaliação do  
409 que atentar, com relação ao projeto, para observação do parecer técnico e  
410 respectivas condicionantes. **Dr. José Leal:** Bom dia a todos. Eu gostaria de  
411 primeiro apoiar plenamente o que foi colocado pelo conselheiro Moura, essa  
412 contribuição do parecer será importante para os conselheiros, segundo, eu  
413 quero fazer um apelo ao presidente para que a gente melhore as condições de  
414 infraestrutura do COEMA, porque nós já solicitamos algumas providências tipo:  
415 uma página na internet para divulgação das atividades, dando transparência e  
416 visibilidade e nós não tivemos ainda resultados e eu sou um assíduo  
417 frequentador da secretaria e eles realmente estão precisando de um aporte, não  
418 só de pessoal como de equipamentos. Presidente, quero saudar com  
419 entusiasmo esse dia, que é um dia emblemático não só para aquela região do  
420 Tapajós, como também para o Estado do Pará, nós estamos em vias de ter uma  
421 Mina de porte internacional que é a Mina do Projeto Tocantinzinho que já está  
422 calculado e estimado em 60 toneladas de ouro que representa realmente um  
423 porte internacional. É a maior Mina que esse Estado já teve e eu acho que a  
424 maior de toda região norte hoje, é a maior Mina que deverá funcionar trazendo  
425 resultados importantes para aquela região, quero também completar o que a  
426 conselheira, doutora Graça, colocou sobre a questão da necessidade urgente de  
427 a gente discutir esse plano de gestão territorial para aquela porção paraense e  
428 sugerir que incorpore aí a essa consultoria a participação da sociedade local e  
429 regra geral e aqui eu peço desculpa se tiver sendo, até mesmo de certa forma  
430 injusto, mas a grande parte das consultorias contratadas, às vezes, são de fora  
431 do estado, e mesmo sendo do estado, devido o tamanho do estado, à  
432 diversidade do estado, desconhecem os detalhes que acontecem nas regiões  
433 que são bem diferentes, esse estado é um estado cosmopolita e obviamente  
434 temos culturas, religiões, folclores e costumes completamente diferentes de  
435 cada porção do estado. Então, eu sugiro que se coloque a sociedade local  
436 representada por algumas instituições para que contribua na formulação desse  
437 projeto, esse plano de gestão territorial, era só isso e obrigado. **Dr. Alberto**  
438 **Colares:** Sem dúvida, o doutor Davi quer fazer algum esclarecimento com  
439 relação ao projeto de gestão integrada do território da BR 163. **Dr. Davi**  
440 **(SEICOM):** Concordo com o doutor Leal, a gente pode marcar aqui uma reunião  
441 com o COEMA onde estiverem presentes todos os conselheiros, a data que  
442 vocês marcarem eu confirmo, o presidente pediu para eu vim aqui fazer a  
443 apresentação, não tem problema nenhum. **Dr. Alberto Colares:** Tem alguma  
444 previsão com relação à contratação. **Dr. Davi (SEICOM):** Eles já estão se  
445 instalando aqui dia primeiro de setembro na FIEPA, o SEBRAE vai liberar os  
446 recursos que eles precisam para fazer o projeto em si, mas na semana que vem  
447 já vão estar aqui, então a partir da semana que vem a gente já pode marcar o  
448 dia que acharem melhor, mais conveniente e a gente combina isso aí. **Dr.**  
449 **Alberto Colares:** Certo. **Representante da Seicom:** Presidente gostaria só de

450 contribuir para facilitar uma questão em relação às condicionantes já que foi  
451 pedida a leitura das mesmas, se possível assim como está classificado por  
452 prazo de noventa dias e cento e oitenta dias, para facilitar a participação dos  
453 membros, se possível classificar por temas, por exemplo: social, urbanismo,  
454 saúde, infraestrutura e desenvolvimento. **Dr. Alberto Colares:** Certo. **Dr. José**  
455 **Leal:** Eu gostaria só senhor presidente e conselheiros que a gente conforme já  
456 aproveitando a presença da Brazauro, não sei se a Itapacurá tem gente aqui,  
457 mas eu acho que nós precisamos começar a conversar e solicitar que essas  
458 empresas que estão instalando empreendimento aqui em nosso estado, que  
459 eles de certa forma se instalem no estado e dessa forma estabeleçam seus  
460 escritórios centrais aqui, a gente não tem talvez como obrigar essa questão, mas  
461 isso aí traria não só a certeza da importância do poder de decisão por aqui, mas  
462 como geração de emprego, geração de renda e nós estaríamos muito mais perto  
463 também das cobranças que por ventura forem necessitadas e da mesma forma  
464 as questões das consultorias também, nós não podemos estabelecer limites  
465 territoriais, mas nós precisamos muito que as consultorias estejam próximas do  
466 estado até para que elas tenham condições de conhecer melhor as  
467 peculiaridades regionais. **Dr. Evaldo Pinto:** Senhor Secretário de Estado,  
468 Presidente dessa sessão, demais conselheiros, senhoras e senhores.  
469 Inicialmente congratular com esse conselho pela tranquilidade com que essa  
470 reunião se deu e ver que assuntos importantes podem ser discutidos de uma  
471 maneira bem clara, desde que tudo seja colocado já de uma maneira prévia  
472 como foi mandando cópias de relatórios e assim todas as dúvidas que se tem  
473 acabam se antecipando antes mesmo da reunião e dizer que eu vejo assim com  
474 muito bons olhos, não só a mineração, é óbvio que não vou nem repetir o que o  
475 Leal já disse, trata-se de uma grande mineradora, não é apenas uma pequena  
476 mineração, mas também principalmente a questão das hidrelétricas, as  
477 pequenas hidrelétricas podem até parecer que são obras que não têm muita  
478 importância, mas na realidade não é assim, os grandes projetos hidrelétricos  
479 eles sofrem uma pressão ambiental muito forte e acabam tendo dificuldade para  
480 implantação, nós estamos vendo aí o que está acontecendo com a Usina de  
481 Belo Monte que ontem mesmo o Supremo Tribunal Federal voltou a reativar as  
482 obras e já tem trinta anos essa discussão, trinta anos daria para se tirar toda e  
483 qualquer dúvida, no entanto fica essa pressão sobre os grandes projetos  
484 hidrelétricos, pressão até no meu ponto descabida, algumas coisas devem ser  
485 realmente olhadas com calma, mas que uma situação privilegiadíssima que o  
486 Brasil tem que o Pará tem para uma instalação de uma hidrelétrica, qualquer  
487 país desenvolvido no mundo daria tudo para ter essas condições e nós aqui,  
488 estado do Pará, criando um problema para construção de hidrelétricas que hoje  
489 se demonstram a fonte, a matriz energética mais limpa e mais natural que se  
490 possa ter, a área impactada é relativamente pequena, quisera nós tivéssemos aí  
491 dezenas, centenas de projetos como este, que cada município pudesse olhar no  
492 seu interior e procurar essas situações geológicas que propiciem a instalação de  
493 pequenas hidrelétricas e fizéssemos. Porque hoje, no sistema integrado nacional  
494 todo o excedente e jogado no sistema e passa a ajudar outros países que não  
495 tem o mesmo potencial energético do Estado do Pará, e agradecer os  
496 conselheiros e a todos que aqui participaram e pedir ao nosso presidente, nós já  
497 temos alguns processos, vários processos punitivos analisados e relatados pela  
498 Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos e pedir a convocação da Câmara  
499 Técnica por mais breve possível para nós podermos aprovar pela Câmara

500 Técnica e aí sim definirmos como será o julgamento por este conselho. **Dr.**  
501 **Alberto Colares:** Por favor, Milton a nossa reunião extraordinária está incluso.  
502 **Milton (COEMA):** Não, eles têm que se reunir antes, a doutora Graça vai sair de  
503 férias, ela faz parte também. **Dr. Alberto Colares:** E a reunião extraordinária da  
504 REVITA, não estava incluído os punitivos. **Milton (COEMA):** Não, ainda não  
505 fechou a pauta. **Dr. Alberto Colares:** Mas a gente não definiu o cronograma.  
506 **Milton (COEMA):** A REVITA e aqueles processos que estão comigo da GEPAF.  
507 **Dr. Alberto Colares:** Mas, eu digo assim, com relação aos punitivos não  
508 definimos ainda, mas vamos ainda nesse semestre ter a reunião específica com  
509 relação aos processos punitivos com certeza. Mais alguma manifestação,  
510 portanto dou por encerrada a reunião do COEMA que aprovou o projeto do  
511 empreendimento do Itapacurá, e as duas PCHs e mais do empreendimento do  
512 Tocantinzinho no município de Itaituba. Muito obrigado.